

Panorama Político

Tereza Cruvinel

■ DE BRASÍLIA



Defesa da desindexação

O ministro do Trabalho, Paulo Paiva, começa a atuar como o cruzado do Governo na defesa da polêmica medida da desindexação salarial. Ele é quem está rebatendo as críticas e interpretações surgidas com o primeiro impacto da medida provisória que trata do assunto. Embora as primeiras reações estejam sendo negativas, ele não acha necessário modificar a MP, nem mesmo para deixar claro que só antecipações coletivas, e não os aumentos individuais, serão deduzidos na data-base das categorias.

O argumento mais usado pela oposição e mesmo por governistas é de que só os salários estão sendo desindexados. É preciso compreender a natureza de cada relação econômica, diz o ministro:

— Impostos não podem ser renegociados e são regidos pela anualidade, ao passo que câmbio e juros não estão referenciados em índices de preços ou na inflação passada.

Quanto à figura do mediador, Paiva assegura que ela não vem para esvaziar os sindicatos ou a Justiça do Trabalho, mas para estimular o entendimento. O modelo antigo

favorecia o conflito. A crítica mais consensual entre políticos e sindicalistas — a vedação a “aumentos de produtividade não amparados em indicadores objetivos, aferidos por empresa” (artigo 13, inciso II da MP) — é que ele tem mais dificuldade para explicar. Insiste em tratar-se apenas de um esforço para dar nitidez ao conceito de aumento por produtividade, hoje confundido com aumento real. O artigo é tido como intervencionista porque cerceia a negociação, e é mal visto pelos sindicatos porque estabelece critérios por empresa, e não por categoria. Possivelmente, o que se quer é evitar que os TRTs continuem a conceder generosos aumentos a título de produtividade, sem base objetiva para a decisão.

Por fim, o ministro deixa claro que o Governo não admite a hipótese — já sugerida em emenda do deputado Paulo Paim — de restabelecer um gatilho salarial:

— Está provado que o gatilho tem um terrível efeito psicológico na indução dos reajustes de preços. Não vamos submeter a estabilidade a esse risco insano.